

O AMIGO DO POVO



Jornal das Lutas Populares e da Revolução Social

Preço: R\$1,00

ANO III

Nº 10

oamigodopovo@inventati.org

www.oamigodopovo.noblogs.org

Brasil, Ago/Set/Out de 2024

Editorial

Não votar! As eleições municipais e as tarefas dos revolucionários

Antonio Galego

A pertem os cintos, o show de horrores vai começar! As eleições municipais são aquele momento onde partidos de direita e de esquerda escancararam o seu oportunismo eleitoral, deixando à mostra o que realmente perseguem: a participação no Estado burguês a qualquer custo. A lista do “vale tudo” é grande, mas dois elementos são centrais: as alianças e a violência política.

A primeira representa o abandono das máscaras e dos “princípios” que dizem defender. O PT aprovou se aliar ao PL “desde que apoiem a reeleição de Lula em 2026”. O PL, por sua vez, negou coligações com a esquerda. Porém, na prática, já foram registradas coligações entre PT e PL para essas eleições. Além disso, o PT comporá dezenas de alianças com partidos de direita e extrema-direita como MDB, PSD, União Brasil, Republicanos, PP, PSDB, etc. Até mesmo PSOL e UP se aliarão a partidos burgueses e de direita, a exemplo de Natal (RN).

Isso não significa de modo algum que as coligações “puras” entre partidos de esquerda (PT, PCdoB, PSOL, PSB, etc.) sejam exemplos de coerência. Na maioria dos casos apresentam programas burgueses “progressistas” que não mudarão em nada a realidade sofrida do povo, tal é o exemplo de Boulos (PSOL) em São Paulo.

A violência política, por outro lado, expõe a farsa da “festa da democracia”. Ao fim e ao cabo, a disputa pelo poder se resolve na violência. Nas últimas eleições municipais (2020) foram assassinados 85 candidatos em todo país. Nesse ano já houveram algumas mortes de pré-candidatos, mas a tendência é aumentar com a proximidade das



eleições. Sabemos, no entanto, que os rios de sangue e suor do povo trabalhador é o verdadeiro butim dessa “guerra”.

Esse cenário de coligações e

violências se mistura com um contexto nacional onde o governo Lula-Alckmin aprofunda os ataques às massas populares, com uma política de austeridade que cortou (só em julho) 15 bilhões de setores sociais como Educação, Saúde, etc. e que vem atacando greves e reivindicações de trabalhadores públicos federais. Tudo isso orientado pelo Novo Teto de Gastos, marco do continuísmo neoliberal do governo Lula. Além disso, a aprovação do Novo Ensino Médio, do Marco Temporal, as privatizações de escolas e outros setores com apoio do BNDES, o apoio financeiro e político ao agronegócio, bem como a passividade criminosa do governo Lula frente aos ataques armados do latifúndio aos territórios indígenas e camponeses, em especial aos Guarani Kaiowá que resistem heroicamente nas retomadas em Douradina (MS), são exemplos que esvaziam política e ideologicamente o atual circo eleitoral e mostram o seu verdadeiro significado: a disputa entre setores burgueses “progressistas” e “conservadores” para a gestão do sistema de miséria e morte do nosso povo.

Todos esses fatos, em pleno contexto de eleições municipais, se somam a quase nula capacidade política das organizações populares e revolucionárias pelo interior do país. Esse raquitismo político é resultado de anos de uma estratégia eleitoral da esquerda, de priorização dos grandes

centros urbanos, que as burocracias sindicais e partidárias seguem à reboque. Confundem coeficiente eleitoral com Poder. A consequência tem sido o fortalecimento da extrema direita no interior, ligada a setores burgueses e latifundiários. Os fechamentos de estradas pós-eleições de 2022 e os ataques aos indígenas e camponeses pelas milícias “Invasão Zero”, são exemplos disso.

Hoje, todos os partidos, pequenos ou grandes, moderados ou “radicais”, que mobilizam as energias dos trabalhadores para o circo eleitoral, não fazem mais do que legitimar o sistema democrático burguês, um sistema ilegítimo e amaldiçoado corretamente por amplos setores do povo brasileiro! Por isso, o papel dos revolucionários hoje é duplo: romper com a política e com a estratégia dos setores eleitoreiros, assim como apresentar uma alternativa de organização e luta para as massas.

Politicamente, ao contrário dos esquerdistas e liberais que querem “moralizar a política”, é preciso aprofundar a crítica à farsa eleitoral, desmascarando os oportunistas de esquerda e de direita, aproveitando a sabedoria popular historicamente acumulada “contra os políticos e partidos” e elevá-la ao patamar de consciência de classe contra o Estado e o Capital.

Estrategicamente significa trabalhar mais e mais pela base. O interior e o campo são territórios estratégicos da revolução brasileira. As bases interioranas das organizações classistas e combativas devem ser exemplos de organização, qualidade dos quadros e de ligação com as massas.

Por fim, é preciso apresentar uma alternativa. Ainda que essa alternativa seja uma tarefa coletiva, que deve emanar do povo e se provar na prática, é possível definir algumas linhas gerais: 1º) a retomada da estratégia de mudanças sociais pela via da ação direta da classe trabalhadora em oposição ao parlamentarismo/reformismo; 2º) a derrubada das burocracias sindicais-populares e a reconquista pelos trabalhadores de suas organizações representativas; 3º) a expansão de um projeto de auto-organização profunda nas favelas, interiores, setores precarizados e economicamente importantes das massas populares. ■

PL 709/2023

O Projeto de Lei 709/2023 criminaliza aqueles que lutam através de ocupações de terra, de moradia, rodovias, ou até mesmo de órgãos públicos. É uma reedição piorada das MPs “anti-invasão” de FHC, nunca revogadas por Lula.

PÁGINA 2

NASCE O GLP!

Em maio desse ano foi fundado o Grupo Libertação Popular (GLP), uma tendência classista e combativa que atua nos movimentos e lutas da classe trabalhadora, defendendo a ida ao povo e a unidade dos setores antigovernistas.

PÁGINA 4 E 5

ANARQUISMO

O artigo “De onde viemos e para onde vamos: as rupturas do Anarquismo Militante no Brasil” faz um importante balanço histórico e analítico, chegando às atuais rupturas e dilemas das organizações anarquistas brasileiras.

PÁGINA 8

PL 709/2023: a criminalização das ocupações e a grande ameaça às lutas populares

Aurora

Na edição número 7 do Jornal O Amigo do Povo alertamos sobre a principal consequência da CPI do MST: o desdobramento desta para a criação de projetos de lei com intuito de criminalizar a luta pela terra, como salientado pelo próprio relator, a intenção de sedimentar o projeto “Invasão Zero”. Poucos meses após o término da CPI já há um projeto de lei que criminaliza e pune aqueles que lutam por uma justa distribuição de terras no país: o PL 709/2023.

O texto base do PL, aprovado em maio deste ano, é de autoria de Marcos Pollon - PL/MS. Nele estão previstas penalidades severas para quem se envolver direta ou indiretamente em lutas com ocupações de terra, moradia, rodovias, ou até mesmo órgãos públicos. Entre as punições estão: a proibição de receber qualquer benefício do governo federal, como o Bolsa Família, a retirada dos participantes de ocupações do cadastro do INCRA para recebimento de terra e até mesmo a proibição de assumir cargos públicos. A lei ainda prevê retroatividade, ou seja, ela atinge não só novas ocupações, mas as ocupações realizadas antes mesmo da sua promulgação.

Tal projeto tem como objetivo enterrar a luta pela terra e moradia no Brasil, desestruturando os movimentos, através de uma política de medo imposta às bases e da responsabilização criminal do movimentos sociais. Lembremos que a base dos movimentos que fazem ocupação é composta majoritariamente por pessoas que acessam benefícios do governo, seja pelo Bolsa Família, ou mesmo com as parcerias posteriores a fase de ocupação, para, por exemplo, venda de alimentos produzidos nos assentamentos. Além disso, uma das questões que fortalece os movimentos e estabelece novas lideranças é justamente o apoio indireto ou direto dos antigos membros às novas ocupações e/ou retomadas.

Este projeto não é novo, mas uma reedição ainda mais perversa de um implementado durante o governo do Fernando Henrique Cardoso, as “MPs anti-invasão” (MP 2.027/2000 e da MP 2.183/2001). Entretanto, tornar a MP em PL dá uma força ainda maior

para a perversidade. Este PL também ampliou a criminalização, já prevista na MP de FHC. O atual projeto de lei mira não só no MST, mas também nos indígenas, quilombolas, sem-teto, coibindo toda ação/movimento que utilize a ação direta como tática.

Todo o clima para a aprovação deste Projeto de Lei vem sendo construído subjetivamente por vários setores da sociedade. Seja a mídia burguesa que ao relatar as lutas e manifestações faz uma separação, com ar criminalizatório, entre os bons manifestantes (ordeiros e previsíveis) e os vândalos (que ocupam terras e/ou prédios públicos), sejam os próprios políticos de direita, que rotineiramente criminalizam qualquer tipo de luta que atinja a propriedade ou o Estado.

justa luta pela terra, uma tentativa de dar um redirecionamento sistêmico ao movimento, enfatizando sua produtividade e inserção no mercado em detrimento de sua força para pressionar a desconcentração de terras no Brasil.

Neste sentido, a adesão ou passividade (da direita ou esquerda) diante deste PL absurdo não surpreende. Combinando a legitimação subjetiva dele, com os tempos de declínio das lutas, a aprovação não é fatalidade, mas fruto de um trabalho intenso dos setores reacionários.

Os parlamentares de direita, os empresários, a burguesia agrária e urbana estão mobilizando a pauta há anos. Lembremos que Alckmin, atual vice-presidente, em meio a sua campanha eleitoral de 2018, prometeu publicamente

durante reunião junto a CNA (Confederação Nacional da Agricultura) que reeditaria a MP 2.183/2001, propondo itens ainda mais rigorosos, aceitando para a burguesia agrária em detrimento dos povos do campo.

A passividade da esquerda eleitoral não surpreende, ela só aprofunda ao longo dos anos. Se restringindo a oposição parlamentar, se esforçam unicamente em mobilizar votos contrários, vetos, ou propor emendas para tornar o intragável em menos pior. A esquerda

eleitoral definitivamente enterrou a mobilização de lutas como estratégia.

Lula, tampouco é uma salvação. Em suas 3 oportunidades como presidente, nunca se dispôs a revogar a MP reacionária de FHC e, provavelmente, não irá vetar este projeto de lei, deixando correr solto os ataques ao povo brasileiro.

Esse cenário parece nos apontar para duas interpretações: se há um foco em criminalizar as ocupações, a ação direta de uma forma geral, é justamente porque esta tática é crucial, ela verdadeiramente atinge o regime de concentração de terras, a propriedade privada. Por isso mesmo, precisamos romper com o imobilismo e com as estratégias apenas de pressão parlamentar e sim utilizar a ação direta para impedir um ataque ao direito de lutar, de ocupar, de retomar as terras. É necessário fortalecer a luta contra esse PL por meio de plenárias, como as organizadas pela CSP-Conlutas, jornada de lutas e mobilização nacional. ■



A esquerda institucional, que vestiu definitivamente a carapuça de defensora da democracia contra os vândalos que destroem patrimônios históricos (contra a destruição do “sagrado” relógio trazidos pelo colonizador Dom João VI), reforça a oratória da mídia e reedita as divisões (de vândalos X ordeiros, para democráticos x antidemocráticos, protestos válidos X inválidos).

O fato é que a esquerda vem progressivamente negando os métodos históricos de luta da classe trabalhadora em prol da defesa do Estado. Se colocando como opção responsável para gestão do capital, ao invés de assumir um papel de apoiadora e impulsionadora das lutas dos trabalhadores.

A suposta defesa que Lula faz do MST, “faz muito tempo que os sem-terras fizeram uma opção de se transformar em pequenos produtores altamente produtivos”, é, ao invés de um fortalecimento do movimento em seu cerne, a

O PL 709/2023 ATINGE TODOS QUE LUTAM! FORA PL DO LATIFÚNDIO E DA ESPECULAÇÃO! VIVA A AÇÃO DIRETA!



A LIÇÃO DA GREVE NA EDUCAÇÃO CATARINENSE: É PRECISO RETOMAR NOSSAS ORGANIZAÇÕES DE CLASSE

*Coletivo Trabalhadores em Luta (CTL)
Florianópolis, julho de 2024*

Entre os dias 23 de abril e 08 de maio, os trabalhadores em educação de Santa Catarina se levantaram em greve, depois de 9 anos sem acionar essa tática de luta. O magistério catarinense vem sofrendo um processo de precarização há décadas: o estado de SC não paga o piso da carreira nem 1/3 de hora-atividade, e mais de 60% dos trabalhadores são temporários, com contratos que duram no máximo um ano letivo, ficando sempre sem salário nos meses de janeiro e fevereiro. A greve reivindicava principalmente o pagamento do piso, a descompactação da tabela salarial, a realização de concurso público e a revogação do desconto de 14% no contracheque dos aposentados.

Apesar da justiça e urgência das pautas, a adesão da categoria ao movimento grevista foi tímida. Além da intensa precarização que dificulta a conscientização e organização dos trabalhadores, uma das grandes razões para a baixa participação foi a desconfiança em relação ao sindicato oficial, construída com base em um histórico de traições (a última delas, em 2015, que infligiu grave derrota e gerou a perda de diversos direitos, ainda é uma chaga aberta no coração da categoria). A direção estadual, da Articulação Sindical (CUT/PT), que há mais de 15 anos controla o sindicato, passou boa parte do ano de 2023 freando o ímpeto de luta da base e tentando negociações de gabinete com o governo de Jorginho Mello (PL), que adiou inúmeras reuniões ou enviou o “baixo escalão” de sua cúpula sem proposta nenhuma para apresentar. A direção

cutista só passou a defender a greve em 2024 porque esta se mostrava ferramenta útil para desgastar o governo em um ano eleitoral, beneficiando o PT na disputa com o PL pelas prefeituras.

A greve foi levada adiante pelos trabalhadores organizados em seus comandos de greve regional que, com muita valentia, resistiram a diversas perseguições e ameaças do governo, das coordenadorias de educação e das direções escolares. O movimento foi encerrado antes que as pautas fossem atendidas, em mais um golpe da direção sindical contra a democracia e a organização de base. Em data prevista para a realização de um ato, foi organizada uma assembleia sem prévia convocação para apresentar a proposta de “suspensão” da greve por 60 dias, com base apenas em uma promessa de acordo com o governo.

Para cumprir o papel sujo de desmobilizar os lutadores, a Articulação colocou o jurídico do sindicato para coagir a categoria alegando que a continuidade da greve seria uma irresponsabilidade e que se algum trabalhador sofresse perseguição, o jurídico e o sindicato não iriam defender. A direção cutista não teve nem a coragem de assumir sua posição pelega, disfarçando-a sob um discurso falacioso de questões técnicas e jurídica. Apesar da resistência da oposição, a proposta de “suspensão” foi vitoriosa e a categoria retornou ao trabalho sem vitórias e com o fardo da reposição de aulas.

Após a “suspensão” da greve, foi lançado o edital do tão esperado concurso público, mas com um número de vagas muito aquém do necessário e todas apenas com jornadas de 10h ou 20h. Foi anunciada

a reversão de um retrocesso nos direitos dos professores laboratoristas, mas houve retrocesso no tempo mínimo para pedido de licença para pós-graduação. Por fim, em julho o governo apresentou uma proposta muito rebaixada de reajuste salarial, que continua não pagando o piso e mantém a tabela salarial compactada.

O saldo contraditório dessa greve oferece duas lições: 1) nada é tão perigoso para um patrão (seja empresário ou governante) quanto a paralisação dos trabalhos. A greve segue sendo a principal arma dos trabalhadores contra as injustiças do cotidiano, mas o poder de fogo desta arma depende diretamente da preparação prévia neste mesmo cotidiano. Categoria desorganizada e desiludida não faz greve forte e não conquista vitórias. 2) o resultado da política defendida pela burocracia sindical do Sinte - as negociações com o governo sem a classe trabalhadora mobilizada para pressioná-lo coletivamente - é sempre a conquista de poucas migalhas às custas de muita perseguição e repressão.

É para transformar essa situação que o Coletivo Trabalhadores em Luta (CTL) busca organizar a legítima desilusão e a revolta da categoria contra o peleguismo sindical, para construir uma força coletiva capaz de revolucionar o sindicalismo e as condições de trabalho na educação. Retomar nossa organização nos locais de trabalho, para retomar nossas organizações de classe é o primeiro passo desse processo, absolutamente necessário para romper o ciclo de traições e derrotas e nos dar a força para tornar realidade o ideal de uma educação de qualidade para os trabalhadores. ■

NASCE O GRUPO LIBERTAÇÃO POPULAR!

PRA COMBATER A EXPLORAÇÃO E A DEMOCRACIA DOS RICOS, E FORTALECER A LUTA CLASSISTA E COMBATIVA!

Grupo Libertação Popular (GLP)

Em maio desse ano foi anunciada a fundação do Grupo Libertação Popular (GLP), através do Comunicado nº1 “*Quem somos nós e quem são nossos inimigos? Análise de conjuntura e orientação política e estratégica do Grupo Libertação Popular*”. Atividades de lançamento estão programadas para o 2º semestre, em Goiânia, Brasília, Jataí, Uberlândia e Catalão.

O GLP é fruto das autocríticas e aprendizados das últimas décadas de militância em movimentos estudantis, sindicais e populares. A conclusão que chegamos é que as principais organizações de esquerda são incapazes de dar um novo rumo ao movimento de massas, atreladas ao burocratismo, eleitoralismo, liberalismo ou, por outra parte, a um autonomismo infantil. Grandes ou pequenas, não estão à altura dos desafios.

O surgimento do GLP se insere num contexto político nacional desfavorável, de defensiva e refluxo das lutas populares, de crise do proletariado, que exige a preparação de uma nova geração de militantes e organizações de vanguarda que impulsionem e disputem a reorganização dos trabalhadores e as novas lutas que virão.

Nossas concepções e princípios

O GLP é uma tendência classista e combativa, socialista revolucionária, que atua nos movimentos e lutas da classe trabalhadora. É uma organização filha da crise de organização e direção das massas populares no Brasil, que atinge hoje seu nível mais elevado.

Para nós, diante desse cenário, não tem serventia uma nova seita, mais ou menos aferrada a seus próprios dogmas e rituais. É preciso ir ao povo, aprender com o nosso povo, ser povo, para construir no

Brasil e no mundo de hoje uma nova prática e estratégia militante. Todas as revoluções são únicas em suas formas e conteúdos, há que se buscar a originalidade da revolução brasileira. Essa originalidade vive no nosso povo.

Nós propomos construir um perfil militante aberto aos grandes debates e experiências históricas das Massas Populares e do Socialismo, mas focado nos problemas da luta de libertação do nosso povo aqui e agora. Devemos partir da realidade para as ideias, e não o contrário.

Entendemos que as tendências revolucionárias (com seus erros e acertos) do anarquismo, do comunismo, do nacionalismo, do sindicalismo, do zapatismo, do apoísmo, etc.

assim como as experiências dos soviets, comunas, quilombos, cooperativas, guerrilhas, ocupações,

greves e insurreições são exemplos de autênticas obras das massas trabalhadoras e servem de inspiração, aprendizado e guia para a luta pela libertação popular hoje no Brasil.

Os princípios que guiam o GLP, são: **1) Classismo; 2) Ação direta e Combatividade; 3) Autonomia; 4) Unidade tática e política; 5) Antigovernismo; 6) Internacionalismo e Anti-imperialismo.**

Combater o Lulismo e o Bolsonarismo, duas faces da política burguesa

O Grupo Libertação Popular entende que o PT já não é mais um partido de caráter reformista com base na organização de massas. É mais um exemplo histórico da passagem do reformismo para a contrarrevolução burguesa. Hoje é um partido de orientação social-liberal e oportunista com bases cada vez mais desorganizadas, aburguesadas e eleitoreiras.

A relação do PT com as massas (através de centrais e movimentos governistas) tem como principal característica impedi-las de desenvolver uma capacidade política independente, subordinando-as aos limites da polarização parlamentar e da agenda econômica das classes dominantes.

O governo de Lula-Alckmin é um resultado disso, dando continuidade à política neoliberal, agroextrativista e militarista dos governos anteriores. A auto-proclamada “frente ampla” é uma coalizão burguesa subordinada ao imperialismo, com formas de governabilidade e simbologias “democráticas” e “progressistas”. Não é sequer um governo de “conciliação de classes” ou “em disputa” como alguns afirmam.

Por outro lado, a extrema direita se fortalece e se organiza em todo o Brasil. O Bolsonarismo tenta unificar e ideologizar a direita

para se manter a frente da polarização com o Lulismo. Se apresenta como uma alternativa para as classes dominantes, tal como faz o Lulismo. Mas o Bolsonarismo é apenas uma face da extrema direita, o seu enfraquecimento não significará o fim da política reacionária profundamente arraigada nas classes dominantes.



Assim, a polarização Bolsonarismo x Lulismo expressa dois projetos burgueses de gestão do Estado. As massas populares saem perdendo nos dois. Frente a essa polarização, tanto a direita quanto a esquerda devem ser combatidas sem “rabo preso”, com um programa classista e pelos métodos da ação direta, onde e quando se colocarem concretamente contra os trabalhadores e não como massa de manobra eleitoral de um ou de outro lado.

Ir ao povo! As tarefas da reorganização e independência da classe trabalhadora

São décadas de burocratismo e eleitoralismo dos principais partidos e centrais de esquerda, corroendo, reprimindo e desacreditando os esforços mais autênticos de construção da revolução brasileira.

A relativa apatia das massas hoje é um resultado da sua desconfiança e desorganização classista, mas não da diminuição do seu instinto de revolta. Por outro lado, as contradições do capitalismo brasileiro se acumulam. Novas batalhas se aproximam, se acumulando debaixo da aparente calma.

Mas o velho resiste em morrer e o novo não consegue nascer. É nesse contexto de crise profunda que surge como necessidade histórica a reorganização das massas populares e das forças revolucionárias. Essa reorganização está em curso, ora lentamente, ora acelerada. Os revolucionários precisam disputar esse processo com um programa e métodos próprios.

Algumas concepções e análises estratégicas que guiam o GLP para as tarefas do próximo período, são:

1) Situação estratégica de defensiva: As tarefas de luta das massas devem ser definidas em função da sua situação estratégica. No período 2018-2024, de refluxo das lutas e fortalecimento da polarização eleitoral, a ofensiva estratégica pertence à burguesia, e a defensiva estratégica ao proletariado. Mas essa defensiva pode ser passiva ou ativa. A defensiva ativa prepara a contraofensiva proletária, já a defensiva passiva apenas retarda a derrota. A principal característica desta situação estratégica é que o objetivo das massas é conservar e ampliar as próprias forças, não destruir as forças do inimigo. Nossa tarefa é lutar por uma defensiva ativa, e não se perder em delírios triunfalistas fora da realidade.

2) Etapa estratégica “Ir ao Povo”: A busca para reconstruir a ligação dos revolucionários com o povo trabalhador é a primeira grande etapa estratégica da luta de libertação. É uma necessidade histórica incontornável. Como disse Marighella: “*O segredo da vitória é o povo*”.

Os objetivos dessa etapa são: a) reorganizar os revolucionários e seu braço de massas, expandindo e organizando os trabalhadores na cidade e no campo, principalmente os setores estratégicos; b) construir organizações autônomas, comitês e movimentos de luta pela base nos setores estratégicos; c) fazer a luta ideológica no movimento de massas, difundindo a política classista e combativa e combatendo o reformismo e o oportunismo.

Os setores estratégicos da revolução brasileira são: 1) O proletariado marginal, composto por 70 milhões de trabalhadores submetidos a superexploração e a repressão; 2) o proletariado rural e o campesinato, pela natureza estrutural do conflito agrário; 3) as frações proletárias economicamente importantes na acumulação capitalista; 4) os trabalhadores das pequenas e médias cidades, do interior, pela importância do território na luta pelo poder no Brasil.

Por que são estratégicos? Em momentos decisivos da luta de classes, seja em lutas reivindicativas, ou em contextos insurrecionais ou pós-revolucionário, a influência neles serão determinantes para os rumos, avanços ou recuos, da luta de libertação do nosso povo.

3) Combate ao governismo e às burocracias: Temos uma tarefa essencialmente destrutiva: a destruição ou enfraquecimento das burocracias sindicais e partidárias vinculadas ao Lulismo e ao Bolsonarismo. Não pode haver ilusão. O desenvolvimento da luta popular, no sentido da expansão e radicalização, se chocará com os interesses dessas burocracias. A participação em grupos de oposição nos sindicatos e movimentos dirigidos por governistas e conservadores é fundamental. A nossa política de oposição deve buscar a unidade dos setores anti-governistas e classistas, em várias escalas, união para fazer a luta sem “rabo preso”.

4) Método materialista de mobilização popular: A exclusão das “ideias políticas e religiosas” dos critérios de adesão dos movimentos de massas, e seu centramento na reivindicação concreta (por terra, trabalho, moradia, etc.), é o único meio de aglutinar as maiorias. O ponto de partida exigido na organização das massas é a luta pela melhoria das condições materiais. Esse é o centro do método materialista de mobilização popular. A construção de uma via revolucionária é o final de um processo cumulativo de lutas e experiências concretas, e não uma decisão “formal”. Por isso, a tarefa dos revolucionários não é serem “radicais” deslocados da realidade, mas sim impulsionar as lutas pelas reivindicações materiais das massas, é transformar a defensiva passiva em Resistência Ativa! ■

Memória revolucionária

100 anos da Revolução Paulista, da Coluna Prestes e da Comuna de Manaus

Antonio Galego



A “revolução esquecida” de 1924 foi uma revolta armada das médias e baixas patentes do Exército e da Força Pública, apoiada por camadas populares e pelo movimento operário paulista, contra o governo oligárquico-repressivo de Arthur Bernardes (1922-1926). Seu objetivo era derrubar o governo federal e efetivar mudanças políticas e sociais democráticas no país.

Os revolucionários tomaram São Paulo durante quase todo o mês de julho, onde também foram cercados e brutalmente bombardeados (especialmente os bairros operários). Uma testemunha contaria, décadas depois, que “Os aviadores tiveram ordem de jogar bombas no Brás; diziam que a italianada era a favor da revolução”. De fato, o movimento operário dirigido pelos anarquistas declarou apoio a revolta.

Cercados por 15.000 soldados do governo, os revolucionários abandonam São Paulo em 27 de julho. Em outubro do mesmo ano saía do Rio Grande do Sul a Coluna da Esperança liderada por Luís Carlos Prestes, para o encontro dos revolucionários paulistas.

Da-se início assim a longa marcha da Coluna Prestes pelo território brasileiro que duraria até 1927, percorrendo 25 mil quilômetros, 13 estados das regiões sul, sudeste, centro-oeste e nordeste (ver imagem acima), e não tendo sido jamais derrotada pelas forças militares governistas.

A Comuna de Manaus, por sua vez, foi outra insurreição militar articulada à revolta paulista, cujo estopim se dá em 23 de julho de 1924. A insurreição iniciada na capital do Amazonas ganha forte apoio popular e se expande inclusive para municípios do Pará. Além de medidas políticas, os revolucionários aplicam medidas sociais e nacionais: confisco de propriedades e fundos bancários das oligarquias, incluindo empresas inglesas. Apenas em 28 de agosto, com a ameaça de bombardeio de Manaus pelas tropas do governo, a revolta chega ao fim.

Todos esses movimentos ficaram conhecidos como “tenentistas”. O Tenentismo foi uma tradição local revolucionária e conspirativa com base na média e baixa oficialidade e praças do exército e da marinha, bem como numa nova relação Exército-Povo. A revolta armada era um fato fundamental, bem como a desobediência dos militares. É certo que possuía uma série de contradições em seu vago programa revolucionário “democrático”, desdobrando-se historicamente em posições à direita e à esquerda.

Por fim, fazendo um paralelo, a Revolta Dezembrista na Rússia protagonizada em 1825 por militares insurgidos contra o Czar, viria a ser uma importante fonte de inspiração e aprendizado para os movimentos sociais revolucionários russos nas décadas seguintes. Assim como eles, aprendamos (com erros e acertos) e nos inspiremos com a grandiosa história revolucionária do povo brasileiro! ■

O Xadrez Político em Goiânia: uma análise crítica das eleições burguesas

Jiren Sama

No próximo dia 06/10, as massas populares de Goiânia escolherão seu próximo algoz na democracia burguesa. Esse circo busca fortalecer o estatismo, o clientelismo e a exploração das massas, perpetuando o capitalismo dependente. Frações da burguesia disputam o controle da máquina estatal municipal através dos partidos burgueses, conforme teorizado por Mikhail Bakunin. Como revolucionários, é crucial analisar os interesses desses atores na eleição burguesa.

Os principais atores desta eleição refletem a polarização nacional da burguesia, além do coronelismo local, com a candidata Adriana Arcorsi do PT representando a pequena-burguesia de esquerda, vinculada ao lulismo, e dois candidatos da pequena-burguesia



de direita: Sandro Mabel da UB, ligado ao governador ruralista Ronaldo Caiado, e Fred Rodrigues do PL, representando uma ala mais radical e bolsonarista da burguesia direitista.

O *modus operandi* das candidaturas burguesas não diferem muito, buscando apoio de setores estratégicos da burguesia como associações comerciais, sindicatos patronais, federações industriais, além do respaldo de figuras influentes das máfias religiosas, enquanto as massas populares são tratadas como massa de manobra, com promessas clientelistas e assistencialistas.

Nesse xadrez de apoio das classes dominantes e estatistas, é esperado que o candidato Sandro Mabel tenha mais apoio. Como presidente da FIEG e apoiado por Ronaldo Caiado, monopoliza o apoio do empresariado e de igrejas evangélicas e dos ruralistas. A candidata petista aposta na estratégia de frente ampla e diz procurar “o seu José de Alencar” para conquistar o apoio da pequena-burguesia local e busca se alinhar com setores da elite católica, numa dinâmica marcada pela polarização entre católicos e protestantes. Já o candidato bolsonarista busca a fidelidade da pequena-burguesia bolsonarista e de setores da segurança pública, possivelmente com um vice militar.

Em síntese, a eleição é um jogo de interesses das frações das classes burguesas e estatistas pelo poder dentro do aparato estatal. A história tem demonstrado que as melhorias políticas para o povo surgem através da luta por melhores salários, saúde e educação, exigindo uma mudança estrutural na sociedade através da ação direta das massas populares. Esse deve ser o nosso foco. Por isso, NÃO VOTE, VÁ AO POVO E LUTE COM ELE! ■

Luta dos trabalhadores



PELA REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO!

Érico

Ao longo da história de luta dos trabalhadores a pauta pela redução da jornada de trabalho se mostrou sempre parte crucial e presente. Recentemente, depois de longos anos sem ser pautada amplamente no Brasil, a redução da jornada de trabalho se mostra como importante frente de luta, em especial para os setores de serviços mais precarizados e explorados.

No Brasil a média horária de trabalho é de 8 horas diárias, e 44 horas semanais. Entretanto é muito comum encontrarmos trabalhadores que extrapolam esse tempo, seja em um único emprego, seja em outros serviços que visam a complementação de renda ou nos serviços domésticos (não remunerados). Soma-se a isso a dinâmica de vida local e regional. Tratando-se dos grandes centros urbanos, onde a maior força de trabalho do país está adensada, somamos ao horário de trabalho o tempo e as dificuldades do acesso aos postos de serviços.

Se tomarmos algumas categorias de trabalhadores, identificamos as piores jornadas de trabalho, as mais exaustivas, com baixa remuneração e péssimas condições de trabalho. Podemos elencar os trabalhadores de centros comerciais como Shoppings, lojas de rede, supermercados, redes de fast-food, recepcionistas e atendentes de balcão, atendentes de telemarketing, enfim, os serviços do chamado setor terciário da economia, o

setor do comércio e serviços, nos mostram as principais funções com sobrecarga de horário e baixa remuneração.

Essa relação explícita o termo clássico da mais-valia, a venda da força de trabalho numa longa jornada, produzindo muito além do que sua remuneração fixa, penosamente recebida no fim de cada mês, sugada pelo lucro dos patrões. Assim somos quase que obrigados a ter nossas vidas voltadas a uma só coisa: o emprego; que paga nossas contas e nos permite viver um pouco da ilusão de uma vida digna através do trabalho explorado.

Assim querem os políticos e patrões: que sigamos nossas vidas sem incomodar as engrenagens que fazem a estrutura econômica do nosso país girar – em nosso desfavor – enquanto legislam sobre nossas vidas, enforcando nossos direitos e nos tornando mais domesticados e menos atuantes sobre a realidade de nosso povo. Nossa missão frente a essa pauta deve estar sempre no horizonte da organização política de nossa classe social. É necessário reivindicar a redução de trabalho ao passo que nos fortalecemos organizados em nossos sindicatos combativos, e em nossa comunidade consciente dos nossos deveres para conosco!

E nessa toada de reconhecimento da necessidade de viver e não só trabalhar para pagar nossos boletos, surgiu no Rio de Janeiro o



Foto: VAT, CSP-Conlutas e outras organizações no 1º de maio em SP

movimento VAT – Vida Além do Trabalho. Inicialmente através das redes sociais, chama os trabalhadores a assinar o abaixo-assinado eletrônico e a se organizar para pôr fim à escala 6x1 (onde se trabalha por seis dias e folga um), muito comum nos setores de serviço e comércio.

O movimento cresceu e hoje reverbera em várias localidades do país. É importante notar que os rumos dessa pauta, que não é nova, entram em disputa, especialmente pela última atualização de um dos líderes do VAT, conhecido por Rick Azevedo, o qual lançou sua pré-candidatura à vereador no Rio de Janeiro. Não acreditamos que este rumo seja o mais correto e benéfico para a pauta, em vez disso, reforçar o movimento nas ruas e locais de trabalho, como estava sendo feito desde o início, é um dos caminhos. Aproximar cada vez mais essa pauta na massa de trabalhadores que pouco contato têm com movimentos sociais é uma ponte importante para fortalecimento dos movimentos de trabalhadores no Brasil. ■

ABAIXO A EXPLORAÇÃO ECONÔMICA DO POVO! QUEREMOS VIDA ALÉM DO TRABALHO!

PRIVATIZAÇÃO DAS ESCOLAS: POR UMA ESTRATÉGIA POPULAR FRENTE A GANÂNCIA CAPITALISTA E À MANSIDÃO SINDICAL

A. H. (Pancho)

Nos primeiros dias de junho, circulou em Araucária-PR um panfleto contra a privatização das escolas estaduais, assinado pelas seguintes entidades: Associação Reação Periférica, Associação de Moradores do Thomaz Coelho, Associação de Moradores do Jardim Alvorada, Associação de Moradores do Iguatemi, Associação Juventude Araucariense (AJA) e Editora Grito do Povo. O panfleto foi resultado de uma articulação iniciada no dia 31 de maio, devido à notícia de que seria votado o Projeto de Lei 345/2024, de autoria do governador Ratinho Júnior. Uma articulação para além dos muros das escolas e da institucionalidade, que mostra um possível rumo para se avançar para a vitória contra a ação do governo e do capital.

O Projeto de Lei 345/2024 propõe o Programa Parceiro da Escola no Paraná, que visa transferir inicialmente a administração de mais de 200 escolas públicas estaduais para empresas privadas. Isso significa que essas empresas ficarão responsáveis por todos os aspectos das escolas, desde a contratação de professores até a gestão diária das instalações e serviços. Trata-se de um projeto ganancioso que visa abrir caminho para empresários extraírem lucro de cada um dos nossos filhos, filhas, amigos e parentes, mediante uma lógica empresarial: reduzir ao máximo os custos para obter mais lucratividade. Ou seja, a educação será ainda mais precarizada do que já é, agora com os donos do dinheiro lucrando.

No dia 4 de junho, data da votação do projeto, ocorreram mobilizações de resistência por todo o Paraná. Em Araucária não foi diferente: movimentos comunitários e estudantes do ensino médio ocuparam a frente das escolas em protesto. Na capital, Curitiba, professores e estudantes organizaram um ato que reuniu cerca de 20 mil pessoas, que heroicamente romperam a



Foto: Protesto reúne 20 mil e ocupa a Assembleia Legislativa do PR no dia 03 de junho de 2024.

barreira de segurança da Assembleia Legislativa, impedindo que a votação continuasse. Contudo, como ratos acuados, os deputados realizaram a votação e aprovaram o projeto de forma online, tamanha era a ansiedade para liberarem a farra para os empresários.

Porém, a luta ainda não acabou, pois a consumação do projeto ainda depende do resultado das consultas públicas em cada uma das 204 escolas, as quais o faminto Ratinho entrega aos mandos e desmandos do capital privado.

Se, antes da aprovação, as táticas e estratégias eram direcionadas a criar uma resistência em um plano geral (barrar a aprovação em todo Paraná), agora o foco da luta está no plano específico: combater a aceitação do projeto em cada escola, bairro e município, para salvar o máximo possível de escolas.

Por esse motivo, a tarefa atual é organizar comitês comunitários contra a privatização das escolas. Devemos realizar campanhas de rejeição em cada uma das comunidades onde estão localizadas as 204 escolas ameaçadas. É necessário difundir com ênfase a ideia de que a terceirização é, sim, o primeiro estágio da privatização, e trazer o protagonismo da

luta para esses comitês. Se ficarmos a reboque da suposta legitimidade do sindicato para dirigir a luta, teremos outra derrota integral, assim como na luta contra o programa da escola cívico-militar.

No Brasil, a terceirização e privatização avançam em várias áreas, presentes em todos os governos pós-constituição de 1988, da esquerda à direita, com a ordem de entregar serviços públicos ao capital. A autorização da privatização de 33 escolas em SP exemplifica esse conluio. O projeto de SP e outras concessões ao setor privado foram beneficiados pelos quase 8 bilhões que o governo Lula anunciou liberar para empresas sanguessugas.

As mobilizações contra o projeto de lei mostraram que os inimigos têm poder, utilizando campanhas midiáticas contra professores, disseminando mentiras sobre os benefícios do projeto e enviando mensagens em massa para os pais dos alunos. Contudo, estamos presentes no cotidiano de nossas comunidades e em contato permanente com nosso povo. É hora de nos organizarmos novamente e percorrermos casa a casa, rua a rua, para barrar o avanço do capital em nossas vilas, bairros e comunidades. ■

AS ESCOLAS NÃO PERTENCEM AO ESTADO E NEM AOS EMPRESÁRIOS; ELAS PERTENCEM À COMUNIDADE!

Internacional

A Revolta da Juventude Popular de Bangladesh Contra o Estado Corrupto

Jiren Sama

Os protestos em Bangladesh, iniciados em junho, emergiram quando estudantes se levantaram contra as cotas para cargos públicos destinadas a filhos de veteranos, muitos deles ligados ao partido governista Liga Awami da primeira-ministra Sheikh Hasina, que está no poder há mais de 15 anos. A indignação das massas populares rapidamente se transformou em um movimento antissistêmico mais amplo, com a insurreição resultando em incêndios de ônibus, shoppings e

órgãos governamentais. A repressão estatal não tardou, com a proibição da internet, a prisão de milhares de manifestantes e um número crescente de mortos que já ultrapassa 400 pessoas.

Depois do governo recuar parcialmente, reduzindo as cotas para um percentual menor, os protestos continuam vigorosos. No dia 05 de agosto a primeira-ministra renunciou e fugiu do país, assumindo um governo interino, deixando o futuro do país incerto. A revolta popular em Bangladesh revela a

força das massas quando decidem confrontar o Estado e o Capital e lutar por seus direitos, servindo de exemplo para outros contextos de lutas ao redor do mundo.

A juventude precarizada de Bangladesh mostra o caminho da revolta das massas populares para conquistar seus direitos, especialmente em um período de refluxo de lutas, como vemos no Brasil. Que os ventos dos protestos de Bangladesh ecoem pelo mundo e inspirem as massas populares a se rebelarem contra a injustiça e a repressão sistêmica. ■

De onde viemos e para onde vamos: as rupturas do Anarquismo Militante no Brasil

Jiren Sama

O anarquismo brasileiro perdeu influência sobre as massas populares com a decadência e, posteriormente, o fim do sindicalismo revolucionário no Brasil entre as décadas de 1920 e 1930. Esse sindicalismo já tinha certas limitações quando comparado ao modelo da AIT histórica e sua relação com a Aliança de Mikhail Bakunin. As limitações podem ser resumidas ao purismo, apoliticismo e falta de leitura da realidade do Brasil, além da centralidade na organização anarquista. O que restou do anarquismo no Brasil, por mais de meio século, foram pequenas iniciativas de propagandistas, educacionistas e memorialistas de grupos anarcocomunistas, compostos por uma mescla de velha geração de anarquistas e o contato com jovens universitários e punks, majoritariamente da pequena burguesia.

Entre 1995 e 1996, através dos contatos entre militantes anarquistas do Brasil e a Federação Anarquista Uruguaia (FAU), surge um novo momento para o anarquismo no Brasil, culminando com a criação da Organização Socialista Libertária (OSL) em 1997 e, posteriormente, do Fórum do Anarquismo Organizado (FAO) em 2000. Apesar dos limites e da falta de unidade teórica e estratégica de alguns grupos locais, foi nesse contexto que o anarquismo brasileiro voltou a ter uma pequena expressão na luta de classes. Destacam-se a atuação da Federação Anarquista Gaúcha (FAG) e, posteriormente, do Coletivo Pró-organização Anarquista de Goiás (COPOAG), com sua atuação entre os catadores no MNCR, e da OSL-RJ (futura UNIPA), com ocupações urbanas e movimentos secundaristas na periferia

Das iniciativas que se destacavam na luta de classes no começo dos anos 2000, a atuação da FAG perdeu atuação entre os catadores e outros movimentos sociais, adotando uma guinada ao pós-estruturalismo. O COPOAG, que era bakuninista, acabou em 2008. A única organização que continuou avançando, tanto na teoria quanto na prática, foi o grupo do RJ, que se tornou a UNIPA. Já nessa altura, a UNIPA vinha debatendo a importância de construir uma teoria revolucionária através do pensamento de Bakunin, criticando o individualismo e destacando a importância da atuação estratégica, como no debate entre CONLUTAS e INTERSINDICAL que existia no FAO. Nesse sentido, a UNIPA rompeu com o FAO e se lançou como uma organização nacional, criticando o revisionismo e o ecletismo.

A UNIPA, que era um grupo local do RJ até 2007, devido à sua atuação mais acertada na conjuntura nacional de degeneração da esquerda com os governos petistas, como no bloco revolucionário na Conlutas e no impulsionamento de uma tendência combativa no movimento estudantil com a RECC, teve um crescimento quantitativo e qualitativo relativamente grande nos anos de 2010, construindo núcleos no DF,



Foto: Influência dos anarquistas na criação do MNCR visto nas bandeiras antiga do MNCR no Sul do Brasil.

CE, SC, GO, MS, entre outros. Enquanto isso, o FAO, que se tornou a Coordenação Anarquista Brasileira (CAB), apesar do crescimento, pouco mudou em termos de unidade estratégica e linha de massa, muitas vezes atuando como linha auxiliar do reformismo ou praticando assistencialismo nos movimentos sociais, resultando em menor influência na luta de classes.

Em 2013, com o levante de junho e o crescimento de sua influência em diversas cidades, a UNIPA contribuiu com a chamada do ENOPES e a reconstrução nacional da FOB, tornando-se uma referência de tendência classista no Brasil, principalmente no movimento estudantil com a RECC e na educação básica com a ORC. Houve um aumento significativo da participação dos bakuninistas na luta de classes, como nas ocupações secundaristas de 2015 e nas universidades em 2016.

A UNIPA, que se firmou como o único bastião do anarquismo revolucionário classista no Brasil durante os governos petistas (2003-2016), começou a cometer seus primeiros equívocos a partir do impeachment de Dilma, ao aderir à narrativa de golpe e, conseqüentemente, favorecer a luta contra o “golpismo” do PT e a defesa da democracia burguesa. Isso pode ser explicado, em parte, pela contradição de seu crescimento ter ocorrido em setores intermediários, como o movimento estudantil das universidades federais e o funcionalismo público. Enquanto isso, a CAB se perdia em narrativas social-democratas e identitárias, tendo pouca influência na luta de classes.

Após se perder na disputa conceitual com os reformistas após o impeachment de Dilma, a única organização bakuninista do mundo também não compreendeu bem a mudança de contexto e o refluxo das lutas pós-2016. Mesmo em uma nova conjuntura de governos de direita e de refluxo de luta, ajudou a convocar o II ENOPES, com uma proposta descontextualizada da Europa Ocidental dos anarco-sindicalistas da CIT com a criação dos SIGA's, sindicatos paralelos, rompendo com o único modelo que estava dando certo: as tendências classistas e disciplinadas. Assim,

criaram sindicatos livres voltados principalmente para libertários e revolucionários doutrinários, centrando-se apenas na agitação e propaganda, como os modelos ultrapassados dos sindicatos de porta de fábrica do século XX.

A UNIPA/FOB continuou a apresentar erros de leitura de contexto e promovendo mudanças estruturais apressadas e equivocadas e com isso várias divergências internas surgiram, principalmente sobre questões como o “Golpe”, “Fora Bolsonaro”, “Identitarismo” e a política do “fique em casa”. Nesse contexto, entre 2021-2023, houve muitas rupturas na FOB/UNIPA, algumas públicas, outras não. Na CAB, também houve divergências sobre duas questões principais: o avanço da organização nacional com unidade política e estratégica e a crítica ao liberalismo/identitarismo, que culminaram em um racha, principalmente das organizações do sudeste da CAB, que formaram a nova OSL em 2023.

Com todas essas mudanças de conjuntura nos últimos anos – governos de direita, a pandemia e a volta do governo Lula, ainda mais burguês – criaram-se cisões que hoje dividem o anarquismo militante do Brasil em quatro linhas principais: CAB, OSL, UNIPA/FOB e as dissidências da UNIPA/FOB, como o GLP/Jornal Amigo do Povo, Ofensiva Revolucionária, entre outros.

Nossa humilde posição, fruto dessas rupturas e de mais de 20 anos de militância, apesar de não sermos hoje um grupo anarquista, mas sim de militantes classistas, é sintetizada em avançar onde a UNIPA histórica (2003-2016) não conseguiu. Queremos dar um salto quantitativo e qualitativo não só com setores intermediários, mas principalmente com setores estratégicos e com o proletariado marginal, continuando com uma militância disciplinada e com unidade teórica e estratégica, como legado de Bakunin e Makhno. Devemos ir ao povo e continuar lutando pela revolução social. ■

* Para leitura complementar, ler o documento “O Futuro de Nossa Corrente”, no site do jornal.